

**CIVILIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E FELICIDADE: A INSTRUÇÃO PÚBLICA
NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO EM MEADOS DO SÉCULO XIX¹**

Rodrigo da Silva Goularte

Doutor em História, Instituto Federal do Espírito Santo/FAPES/CNPq

rodrigogoularte@hotmail.com

Resumo: Nos relatórios dos presidentes de província do Espírito Santo de 1833 a 1844, a instrução pública aparece junto da religião como pilar para a civilização, esta última carregada de sentidos como “hábitos polidos e apropriados”, “bom governo” e catolicismo. Isso se dava em virtude dessas autoridades escreverem em um contexto intelectual herdeiro do iluminismo lusitano, marcado por limitações ao cartesianismo e pela valorização da religião católica. Em alguns desses relatórios também estão registrados dados relativos ao quantitativo de alunos nas aulas de primeiras letras (ensino primário) e maiores (ensino secundário), além das remunerações dos professores. Esses dados foram contrastados com os discursos dos presidentes de província com objetivo de se comparar as ideias dessas autoridades sobre a instrução pública, referenciadas nos elementos do iluminismo português herdados pela intelectualidade brasileira nas primeiras décadas do século XIX, com a prática de seus governos para com a condução da instrução pública na província do Espírito Santo.

Palavras-chave: Instrução pública; Religião; Civilização

Introdução

O objeto aqui investigado, a instrução pública, refere-se à educação formal, ou seja o “[...] sistema educacional institucionalizado, cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado, compreendido da escola primária à Universidade (COOMBS & AHMED, 1974, p. 8).” No caso do “sistema educacional institucionalizado” brasileiro, sua formação se deu no oitocentos, servindo mais “[...] aos propósitos da ilustração das elites do que a carência de escola básica pública e gratuita da população (COUTINHO, 1993, p. 70 - 71)”. Damasceno, por outro lado, informa que a partir do Ato Adicional de 1834 o Brasil experimentou “[...] um esforço

¹ Este texto é um dos produtos da pesquisa (com vigência de 2018 a 2019) financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) por meio do edital 4 de 2017 FAPES/CNPq.

mais significativo para atender à premissa de instruir as ‘classes inferiores’ como tarefa fundamental para a criação de uma nacionalidade própria.” Esse, esforço, todavia, se deu por meio da significativa publicação de textos legais à partir das Assembleias e presidentes provinciais. Citando Faria Filho (2000, p. 137), Damasceno informa que essas autoridades acreditavam que essa normatização consubstanciava-se na principal forma do Estado ser presente na instrução pública. Por outro lado, essas normas provinciais apontam para o intenso debate relativo à instrução das populações pobres (2017, p. 41). Porém,

[...] as condições das províncias para levar a efeito essa iniciativa eram as piores possíveis, tanto pela pequena capacidade de investimento nessa área quanto pelo pequeno número de pessoas habilitadas ao trabalho do magistério. Comumente, as ‘aulas’ funcionavam nas casas dos próprios professores ou em outros lugares inadequados, seguindo uma metodologia de acompanhamento individual da criança, mesmo que o trabalho se desenvolvesse em turmas [...]. (DAMASCENO, 2017, p. 41)

Para essa precariedade, Damasceno entende que contribuía não apenas a carência material das províncias, mas também “um obstáculo de natureza ideológica: concebia-se a escola como bem desnecessário e prescindível [...] (2017, p. 41).” Concordando com Damasceno, Ribeiro entende que a educação escolarizada no Brasil imperial não foi vista pelas autoridades como prioridade, o que ficou patente no Ato Adicional de 1834. Essa legislação deu mais autonomia política e administrativa para as províncias, ao mesmo tempo que entregava para as assembleias provinciais a competência de legislar sobre a instrução pública, com exceção do ensino superior. Ao mesmo tempo, era vedada às assembleias a proposição e deliberação de assuntos de interesse geral da nação. Para Ribeiro, isso indicava que a instrução nos níveis elementar e secundário não eram consideradas “assunto de interesse geral da nação”, não se devendo, por isso, estranhar as deficiências da organização escolar brasileira na primeira metade do oitocentos (1992, p. 46 - 47).

Diante desse cenário nacional, importa apresentar as modulações próprias ao Espírito Santo no mesmo período, por meio da análise dos relatórios de presidentes de província. Essa análise é composta pelos primeiros resultados do projeto de pesquisa financiado pela FAPES/CNPq *História da Educação no Espírito Santo (1829 - 1922): poderes e saberes*. Para este texto, o recorte inicial (1833) foi escolhido por ser o ano pregresso ao

do Ato Adicional, que define a instalação de assembleias provinciais, e o final (1844) por ser o ponto em que as pesquisas chegaram até agora. As discussões dos resultados desta análise estão divididas em três etapas: 1º) Definição da biografia dos autores dos relatórios analisados, “pois segundo Skinner, para entender um texto ou discurso é necessário compreender o que o seu autor estava fazendo quando o escreveu ou proferiu (apud BONTEMPI JR, 2017, p. 50)”; 2º) análise dos discursos proferidos por esses autores comparando-as com suas biografias; 3º) discussão de dados contidos nos relatórios com relação à instrução pública no período investigado.

Bacharéis e militares

Foram analisados onze relatórios. Alguns referem-se a apenas meses de governo do presidente de província, tempo em que esse funcionário ficou no cargo. Há também diferentes relatórios redigidos pelo mesmo presidente de província. Portanto são onze relatórios e sete relatores. Não foram encontrados os relatórios dos anos de 1834, 1835 e 1837. No período analisado (1833 a 1844), o Império do Brasil atravessou intensas mudanças políticas: o Ato Adicional de 1834, a coroação de Dom Pedro II (1840), e governo das regências em boa parte dos anos investigados (1831 a 1840).

Depois da independência (1822), as províncias brasileiras passaram a ser governadas por presidentes. A partir de 1824, além do presidente, cada província passou a ter um conselho geral, com poder de elaboração de propostas de leis a serem enviadas à Assembleia Geral. Com o Ato Adicional foram criadas as assembleias legislativas provinciais, substitutas dos conselhos gerais e com poderes legislativos. O primeiro relatório analisado (1833), portanto, foi direcionado ao conselho geral. Os demais (1836 a 1844) foram enviados à Assembleia do Espírito Santo. A figura política provincial comum em todos esses anos, a seu turno, foi a do presidente de província, nomeado pelo governo central, enquanto as assembleias eram compostas por indivíduos escolhidos na província.

Os presidentes cujos relatórios estão disponíveis são: Manoel José Pires da Silva Pontes, Joaquim José de Oliveira, Manoel d’Assunção Pereira, João Lopes da Silva Couto, José Joaquim Machado d’Oliveira, Wenceslau de Oliveira Bello, e José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. Para entender o que esses homens pensavam sobre a

instrução pública, é necessário um panorama sobre suas trajetórias pessoais, comparando-as, como ensina o método da prosopografia, ou seja, uma busca da conexão de diferentes biografias com a preocupação de levantar as características coincidentes de determinado grupamento em momento específico (HEINZ, 2003, p. 9). Pareando-se as informações pessoais dos presidentes de província do Espírito Santo de 1833 a 1844, chega-se à seguinte conclusão: quanto aos seus perfis profissionais, dos sete presidentes, três possuíam formação jurídica, quatro eram oficiais militares e um era padre. Um deles, José Joaquim Machado d'Oliveira, acumulava a formação jurídica com a carreira militar. Todos eles eram figuras destacadas nas realidades provincial e nacional da primeira metade do oitocentos, com importantes laços familiares, econômicos e políticos.

Manoel José Pires da Silva Pontes, em primeiro lugar, era sobrinho de Antônio Silva Pontes, governador da então capitania do Espírito Santo de 1800 a 1804. Também foi capitão de milícias. Joaquim José de Oliveira era bacharel. Já Manoel da Assunção Pereira foi o único clérigo encontrado entre os presidentes do período analisado (DAEMON, 2010, p. 260, 545, 351, 352), e também foi deputado provincial de 1835 a 1837. Em 1817, Assunção Pereira foi apresentado ao bispo por D. João VI para que recebesse a pensão anual de 10\$000 réis com a finalidade da construção da real capela (GOULARTE, 2017, p. 66). João Lopes da Silva Couto, por sua vez, era bacharel, tendo inclusive ocupado a função ministro do supremo tribunal de justiça. José Joaquim Machado d'Oliveira também era bacharel, acumulando a função de Coronel. Também militar era Wenceslau de Oliveira Bello, com a patente de Brigadeiro (DAEMON, 2010, p. 357, 545). Por fim, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim: era filho de Ignácio João Monjardino, português que ingressou na carreira militar e que em 1782 foi enviado ao Brasil para tomar posse da capitania do Espírito Santo. Por esse e outros serviços prestados ao Império Português, recebeu importantes títulos, por exemplo, comendador da Ordem de Cristo e comendador da Ordem da Rosa (MONJARDIM, 2003, p. 25 - 26). Ficou capitão-mor da província do Espírito Santo até 1798. Nesse cargo reuniu grande fortuna (SANTOS, 2002, p. 165). Além de filho de homem de posses e autoridade, nobre e governador daquela então capitania, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim também era genro do poderoso Francisco Pinto Homem

de Azevedo, influente na província por sua posição política e riqueza material. (MONJARDIM, 2003, p. 46). Monjardim era da carreira militar, tendo ocupado na primeira metade do oitocentos as patentes de capitão e coronel (DAEMON, 2010, pp. 305, 331).

Esses presidentes faziam parte do círculo mais próximo ao centro político imperial, eram preocupados com a administração do império e com históricos pessoais marcados pela educação superior e carreiras na magistratura (MATTOS, 1987, p. 181 - 187). A tarefa da próxima seção é, a partir das trajetórias individuais desses indivíduos, discutir suas ideias relativas à educação aplicadas à província do Espírito Santo.

A “fonte da felicidade”

Comuns nos relatórios eram falas relativas aos baixos salários dos professores, da necessidade de maior fiscalização do trabalho docente, à precariedade dos locais de aula... Faltavam recursos e profissionais (professores) em número e qualificação. Por outro lado, alguns dos presidentes além de relatarem a precariedade da instrução, também discorriam sobre os significados que davam a ela. Nessas reflexões, dos sete redatores destacaram-se três: Manoel José Pires da Silva Pontes, João Lopes da Silva Couto e José Joaquim Machado de Oliveira. Como apresentado na seção anterior, Silva Pontes era militar, e Silva Couto e Machado de Oliveira eram bacharéis. Nas falas deles três significados aparecem ligados à instrução: civilização, iluminação e felicidade. Nas linhas seguintes, esses significados serão discutidos. Primeiro a *civilização*:

O meio empregado pelo antigo governo de erigir as pobres aldeias dos índios em vilas, [...] começou-se a sua civilização por onde ela devia acabar. Se quando a educação desses miseráveis [caiu?] nas mãos de diretores estúpidos ou interesseiros, fosse confiada a sábios, filantrópicos, as máximas da religião por um lado, a **instrução primária** por outro bancariam os fundamentos da sociabilidade [...] (PONTES, 1833, p. 16-18). Grifo nosso

De acordo com Silva Pontes, portanto, a organização dos indígenas em vilas seria o último estágio do processo civilizador desses indivíduos. Para que o processo fosse completo, e começasse na etapa devida, todavia, a educação indígena deveria ser responsabilidade dos “sábios”, que utilizariam a religião e a instrução primária para lançar os fundamentos da “sociabilidade” aos indígenas. Esse elo

religião/instrução/civilização não era uma peculiaridade da fala de Silva Pontes. Machado d'Oliveira, em seu relatório de 1841, declarava que a instrução pública é o

[...] auxiliar mais eficaz para o pronto desenvolvimento da inteligência, [...] apressando a civilização dos povos, firmando o seu futuro e sobretudo familiarizando-nos com o conhecimento das verdades eternas, sobre que se baseia a religião que professamos [...] (OLIVEIRA, 1841, p. 11 - 18)".

Para Vânia Moreira, no Brasil colonial e imperial a ideia de civilização tinha significados de “hábitos polidos e apropriados” (tendo a Europa como referência), “bom governo” e cristianismo. Para Moreira - por conta desses significados dados à ideia de civilização -, nos relatos dos cronistas e na documentação produzida pelos agentes da administração, os indígenas “[...] aparecem frequentemente definidos como povos que viviam ‘sem lei’, ‘sem rei’ e ‘sem religião’ (2011).” Os significados encontrados para a “civilização” nas fontes pesquisadas por Moreira são semelhantes aos encontrados nos relatórios aqui analisados. De acordo com as falas dos presidentes Silva Pontes e Oliveira em relação à civilização, a instrução teria o papel de fomentar a “sociabilidade” e a familiarização para com as “verdades eternas” básicas da religião. Nas linhas seguintes, serão apresentados outros trechos dos relatórios que apontam como a instrução era entendida pelos presidentes de província do Espírito Santo como fomentadora da civilização, ou seja, dos “hábitos polidos e apropriados”, do “bom governo” e do cristianismo, conforme leitura de Vânia Moreira.

Em relação aos “hábitos polidos e apropriados”, nos relatórios aqui analisados a instrução era fundamental para os “costumes, e certos hábitos, que são de grande influência na sociedade” (COUTO, 1840, p. 21 - 22), pois serviria no combate aos vícios:

Tenho mandado para o arsenal de guerra da Corte alguns rapazes pobres, cujos pais não lhes podem dar educação por falta de meios, **consentindo que eles vaguem pelas ruas, entregues a uma perfeita ociosidade:** teriam ido em maior número, se não houvesse tanta repugnância da parte dos pais, [...] **porque querem antes vê-los junto de si os filhos mal vestidos, e alimentados, e com boas disposições para os vícios,** do que confia-los ao cuidado do governo, que gratuitamente presta educação, e recursos, com que para o futuro possam amparar seus pais, [...]. Torna-se sensível a falta de um colégio de artes mecânicas, onde se acolham os expostos, e órfãos desvalidos para aprenderem algum ofício, bem como o de **um seminário para as infelizes, que pela sua idade, e desamparo correm risco de ser vítimas da miséria, e da sedução.** (COUTO, 1840, p. 6 - 8) grifo nosso

Os vícios, como a “ociosidade” e a “sedução”, seriam prevenidos por meio da instrução, que desenvolvia “a inteligência e a moralidade”. Para Machado d’Oliveira, semelhante a Silva Couto, a intelectualidade, a moral e a religião caminhavam juntas, sendo as três desenvolvidas pela instrução. O resultado desse desenvolvimento, de acordo com Machado d’Oliveira, seria o apressar da “civilização dos povos” (1841, p. 11 - 18). No combate aos “vícios”, a instrução também seria uma arma contra a criminalidade:

A diminuição dos crimes é o termômetro por onde se regulam os progressos da ilustração de um povo; ela, nesta província marcha com passo lento, porquanto em alguns municípios eles pouco tem diminuído, sendo muito para sentir que nesta comarca, no presente ano, dentro do espaço de sete meses tenham havido 7 homicídios, não mencionando os crimes de menor calibre. **Isto é uma razão bem justificativa de quanto é indispensável a instrução** (COUTO, 1838, p. 26). Grifo nosso

De acordo com Silva Couto, o progresso da ilustração no Espírito Santo estava lento, o que, segundo ele, poderia ser medido pelo quantitativo de crimes. O relator, assim, cria uma relação de proporcionalidade inversa entre *crimes* e *ilustração*: quanto maior a ilustração de um povo, menor seria o quantitativo de crimes. A quantidade alta de crimes na província, no entender do presidente, seria uma demonstração dos passos lentos da ilustração/instrução no Espírito Santo. Diante desse cenário, Silva Couto encerra o trecho destacando que a instrução era “indispensável”. Silva Couto não explica, nesse relatório, todavia, como ocorreria essa relação inversamente proporcional instrução/criminalidade, ou seja, como a propagação da instrução impulsionaria a redução dos crimes. O que ele faz é apresentar o resultado de sua observação, a coexistência de dois fatores: a “marcha lenta” da instrução e a criminalidade da província, inclusive dando exemplo concreto:

[...] sendo ela [Vitória] um porto de mar, é frequentada por muitas pessoas que vivem da arte marítima, as quais pela sua rasteira educação pouco escrúpulo sentem em decidir qualquer pequena desavença à ponta de faca (COUTO, 1838, p. 16).”

Já no relatório de 1840, Silva Couto deu mais detalhes de como a instrução/ilustração contribuiria para a redução da criminalidade:

Não cabendo neste lugar expender todas as **causas que concorrem para** a perpetração **dos crimes**, indicarei somente as maiores, e que a experiência tem feito mais conhecidas. A **falta de educação**. Os costumes, e certos hábitos, que são de grande influência na sociedade, tornando os homens respeitadores dos direitos de outrem, e amantes das leis, não podem ser

adquiridos sem a educação, e por isso cumpre que o legislador a tenha muito em vista. (COUTO, 1840, p. 21 - 22)

Mais uma vez a instrução surge como fornecedora dos “hábitos polidos e apropriados”, um dos significados dados nesses tempos à civilização, conforme Vânia Moreira. Para além, os “costumes” e “certos hábitos” trazidos pela educação promoveriam o respeito aos “direitos de outrem” e o amor às leis. Por isso, a falta de educação seria a causa primeira a concorrer para a “perpetração dos crimes”.

No trecho acima, a instrução destacada como fundamental para que os homens se tornassem “amantes das leis” indica sua importância nos discursos dessas autoridades da primeira década do oitocentos para o “bom governo”, um dos significados para a civilização encontrados por Vânia Moreira em sua pesquisa. Como já apontado, para a historiadora, os indivíduos considerados não civilizados no Espírito Santo da primeira metade do oitocentos (indígenas, por exemplo e principalmente) eram caracterizados como “sem lei”, “sem rei” e “sem religião”. Ou seja, a vivência de acordo com as leis (primeiro do império português e depois do império brasileiro) era um componente da civilização, caracterizada, dentre outros elementos, pelo “bom governo”. O conhecimento e prática dessas leis, de acordo com as autoridades do Espírito Santo, a seu turno, viriam por meio da instrução, como também apontava em 1841 Machado d’Oliveira: “Muito convém que um povo tenha ilustração necessária para com justeza penetrar-se dos seus verdadeiros direitos, sujeitar-se ao império da lei [- o “bom governo” -], e manter os deveres que contraiu para com a sociedade à que pertence (1841, p. 11-18).”

Em relação ao último elemento do trinômio “sem lei”, “sem rei” e “sem religião”, apontado por Vânia Moreira para significar a civilização, o já citado trecho do relatório de Silva Pontes de 1833 apresenta a instrução primária e a religião pareadas enquanto os “fundamentos da sociabilidade” (1833, p. 16-18). Machado de Oliveira, de acordo com sua já mencionada fala, também apresenta instrução e religião como vinculadas, mas a primeira sendo o caminho para a segunda:

[...] Por simpatias pela instrução pública, e pela consideração de que é ela o auxiliar mais eficaz para o pronto desenvolvimento da inteligência, e da moralidade, apressando a civilização dos povos, firmando o seu futuro, e sobretudo **familiarizando-nos com o conhecimento das verdades eternas,**

sobre que se baseia a religião que professamos (OLIVEIRA, 1841, p. 11 - 18). Grifo nosso

Os relatórios aqui analisados, portanto, apresentam a instrução, religião e ilustração como elementos intrínsecos, e nos trechos discutidos a civilização é entendida por essas autoridades de maneira muito próxima aos significados encontrados por Vânia Moreira para “civilização” nas primeiras décadas do século XIX, ou seja, como “hábitos polidos e apropriados”, “bom governo” e cristianismo. Cabe agora entender a origem desses ideais de instrução e civilização por parte desses presidentes de província. Para isso, é útil apresentar duas metáforas presentes nos relatórios para a instrução: iluminação e felicidade. Em relação à iluminação:

[...] a sorte futura dos povos depende do impulso e direção que se der à educação da mocidade nos seus diversos ramos, por si basta para provar a importância e excelência dela: [...] nenhum Estado poderá reputar-se feliz no meio das **trevas**: a história das **nações** abona esta asserção. (COUTO, 1838, p. 8) Grifo nosso

A instrução, portanto, seria a luz a dissipar as trevas dos Estados/Nações. Para justificar essa afirmação, Silva Couto evoca a História. De acordo com Manoel Salgado Guimarães, “O pensar a história é uma das marcas características do século XIX (1988, p. 1)”. No mesmo ano (1838) em que o carioca Silva Couto relatava sua experiência de governo no Espírito Santo, na província vizinha, mais especificamente na Corte, era criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Segundo Guimarães, a maioria dos fundadores do IHGB desempenhava funções no aparelho de Estado e pertencia a uma geração oriunda de Portugal, forjada educacionalmente na tradição jurídica coimbrã com sequência nas carreiras de Estado (1988, p. 5-6). A tradição iluminista portuguesa foi marcada pela contenção do cartesianismo corrente na Europa, não tendo a razão um papel de autoridade suprema. Nesse sentido, a Igreja Católica ainda tinha uma importante voz em questões sociais e políticas (ISRAEL, 2009). Esse iluminismo português, portanto, marcava os intelectuais do Brasil principalmente da primeira metade do oitocentos, entendendo a história humana como uma “marcha linear e progressiva que articula futuro, presente e passado (GUIMARÃES, 1988, p. 15)”.

Silva Couto, como bacharel, inclusive tendo ocupado o cargo de ministro do supremo tribunal de justiça (DAEMON, 2010, p. 545), também era um herdeiro dessa ilustração ibérica, e a partir dessa lente lia o Espírito Santo em fins da década de 1830. O

entendimento da história humana como uma articulação presente/passado/futuro fica nítida, no trecho acima: a “sorte futura” dependia da “educação da mocidade” (presente), lógica essa que estaria atestada pela “história das nações” (passado). Além da visão da História de Silva Couto ser típica do iluminismo lusitano, a própria representação da instrução como “luz” é uma referência ao discurso iluminista (MERLO, 2015, p. 151).

Agora a segunda metáfora utilizada para a instrução: *felicidade*:

A simples consideração de que a sorte futura dos povos depende do impulso e direção que se der à educação da mocidade nos seus diversos ramos, por si basta para provar a importância e excelência dela: **a instrução é a fonte da felicidade**, e nenhum Estado poderá reputar-se feliz no meio das trevas: a história das nações abona esta asserção (COUTO, 1838, p. 8). Grifo nosso

Em outro trecho do mesmo relatório, Silva Couto apresenta quatro tipos de felicidade: a sensual, a moral, a intelectual e a religiosa:

É necessário que nos habilitemos para ser felizes: a felicidade **sensual** exige poucas habilitações; mas a **moral**, a **intelectual** e a **religiosa** reclamam um prolongado tirocínio de saber, experiência e virtudes. - ciência é poder, é força, é riqueza; a nação mais inteligente e sábia, será consequentemente a mais rica, forte e poderosa (Silva Couto, 1838, p. 8 - 12). Grifo nosso

Silva Couto divide esses quatro tipos de felicidade em dois grupos opostos: de um lado a felicidade sensual e de outro as felicidades moral, intelectual e religiosa. Se o primeiro tipo de felicidade “exige poucas habilitações”, as demais demandavam “saber, experiência e virtudes”. Uma vez que Silva Couto fala de dentro do contexto intelectual do iluminismo lusitano (ainda marcado pelo catolicismo), moralidade, intelectualidade e religião surgem pareados em seu discurso, como também aparecem em outros trechos dos relatórios aqui analisados. Por fim, Silva Couto destaca dentre as felicidades não sensuais a ciência, por ser “poder, força e riqueza”: essa é a “felicidade” nascida da instrução/ilustração.

Para o militar Silva Pontes, e os bacharéis Silva Couto e Machado de Oliveira, o futuro almejado, a civilização - definida por “hábitos polidos”, “bom governo” e cristianismo -, portanto, seria alcançado por meio da luz irradiada da instrução. Eram homens imersos no contexto intelectual do Brasil da primeira metade do oitocentos, herdeiro do iluminismo lusitano. Apesar de não ser bacharel, Silva Pontes também dialogava com

esse contexto, sendo em 1839 encontrado como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1839, p. 333). Cabe agora comparar essas falas inspiradas no iluminismo lusitano com a prática das gestões dos presidentes de província para com a instrução pública no Espírito Santo.

Intelectuais e industriais

Para o entendimento da prática dos presidentes de província do Espírito Santo para com a instrução pública, foram recolhidos dados apresentados nos relatórios sobre as “aulas de primeiras letras” e as “aulas maiores”, reunidos nas tabelas a seguir:

Tabela 1 - Aulas de primeiras letras

Ano do relatório	Nº de alunos	Varição do ordenado dos professores (em réis)
1838	323 ²	Não informado
1840	330	250\$000 – 450\$000
1841	286	Não informado
1842	393	230\$000 - 500\$000 ³
1843	448	250\$000 - 400\$000

Fonte: Relatórios dos presidentes de província do Espírito Santo (1833 - 1844)

Tabela 2 - Aulas maiores

Ano do relatório	Nº de alunos	Nº de aulas	Relação das aulas	Varição do ordenado dos professores (em réis)
1838	Inconclusivo	6	F, R, F, G, L (2)	400\$000 - 500\$000
1840	12 ⁴	6	F, R, F, G, L (2)	400\$000 - 500\$000
1841	23	2	L (2)	Não informado

² O número total de alunos informado nesse relatório é maior, mas só foram computados os legíveis.

³ Só um professor possuía um salário de 500\$000.

⁴ A totalidade dos dados não havia sido enviada ao presidente de província

1842	25	2	L (2)	500\$000
1843	30	2	L (2)	500\$000

F: filosofia; R: retórica; G: geometria; L: latim

Fonte: Relatórios dos presidentes de província do Espírito Santo (1833 - 1844)

Como é possível perceber, as tabelas 1 e 2 não apresentam todos os anos da série 1833 - 1844, faltando informações do período 1833 a 1837 e dos anos de 1839 e 1844, uma vez que nem todos os relatórios apresentam informações relativas ao número de alunos e da remuneração dos professores. Em relação aos dados disponíveis nos relatórios, especificamente o número de alunos, teria maior significado se comparado com a quantidade de pessoas em idade de frequentar as aulas, informação também não fornecida pelos relatórios. Nesses termos, para entendimento das ações da administração provincial para com a instrução, tomou-se como caminho metodológico analisar a trajetória do número de alunos e da remuneração docente nos anos em que foram registrados.

Quanto à evolução do número de alunos nas aulas de primeiras letras (Tabela 1), comparando-se os extremos da série de anos (1838 - 1843), percebe-se um aumento de 38,69% (de 323 para 448 alunos). Em relação à remuneração dos professores de primeiras letras, no ano de 1840 estava entre 250\$000 e 450\$000 réis e no final da série variava de 250\$000 a 400\$000 réis. No período analisado, portanto, o piso das remunerações dos docentes de primeiras letras mantém-se praticamente inalterado (250\$000 réis), havendo uma queda para 230\$000 réis em 1842 e o teto termina reduzido de 450\$000 para 400\$000 réis, apesar do aumento para 500\$000 réis em 1842 (Tabela 1). Em relação às aulas de primeiras letras da província do Espírito Santo, portanto, percebe-se uma expansão considerável das matrículas mas uma redução da valorização financeira do trabalho docente por parte da administração provincial.

Quanto às aulas maiores, o número de alunos, entre os extremos da série, variou positivamente em 150% (de 12 para 30 alunos). Quanto à variação dos ordenados dos professores, a série começa uma variação entre 400\$000 e 500\$000 réis para um valor único ao final, 500\$000 réis. Nesses termos, nota-se também em relação às aulas maiores uma expansão dos matriculados e a remuneração, que já era maior que a dos

professores de primeiras letras, com todos os docentes recebendo 500\$000 réis no final da série. Continuando a comparação dos dados entre aulas maiores e primeiras letras no período investigado, percebe-se que o aumento proporcional dos alunos matriculados também foi maior para as aulas maiores: 150%, enquanto para as aulas de primeiras letras foi de 38,69%. Entretanto, em números absolutos, as matrículas nas aulas de primeiras letras eram muito superiores, entre 323 e 448 matriculados enquanto para as aulas maiores variou de doze para trinta alunos entre os anos de 1838 e 1844 (Tabelas 1 e 2).

Sendo assim, tomando-se como parâmetro a oferta de matrículas, percebe-se uma concentração da atenção da administração provincial do Espírito Santo no ensino das primeiras letras, apesar de notar-se um esforço na expansão das aulas maiores. O não esquecimento das aulas maiores pelas autoridades do Espírito Santo também é confirmada pela melhor remuneração dos docentes desse nível de ensino. Todavia, a comparação dos números de matriculados entre os dois níveis educacionais mostra um brutal afunilamento na trajetória das primeiras letras para as aulas maiores, caindo das centenas de alunos para poucas dezenas. Além disso, de 1838 a 1843 aconteceu uma abrupta redução das aulas maiores, em quantidade e diversidade: de seis (filosofia, retórica, francês, geometria, gramática latina, esta última com duas aulas) para duas (de gramática latina). Portanto, o número de alunos nas aulas maiores aumenta em 150% mas acontece um profundo retrocesso na quantidade e diversidade das aulas disponíveis. Um trecho da fala do presidente de província Machado d'Oliveira bem ilustra a comparação dos tratamentos dados para os dois níveis de instrução presentes no Espírito Santo do oitocentos:

Muito convém que um povo tenha ilustração necessária para com justeza penetrar-se dos seus verdadeiros direitos, sujeitar-se ao império da lei, e manter os deveres que contraiu para com a sociedade à que pertence; mas mui conveniente é também, que seja industrioso, e dado aos trabalhos de que lhe devem provir o seu bem estar. Nós vemos que o filho do lavrador, ou do artista, que tem adquirido maior instrução que a primária, presumindo-se em uma classe mais elevada vê com desdém a ocupação paterna, que lhe deu o ser intelectual, despreza-a ingrato, e subordina-se quase sempre a pretensões de empregos, ou ilusórios, ou que não lhe podem ministrar os meios para sustentar-se na posição que lhe convinha. **Fundai-vos pois, senhores, em estabelecer boas escolas primárias**, e em fazer com que tire-se alguma vantagem das suas aulas de latim, criadas na capital e na vila de S. Mateus; dotando-as com honorários que convidem pretendentes; [...] Os que

pretenderem na província elevar-se a mais subido grau de ilustração, que obtenham à sua custa (OLIVEIRA, 1841, p. 11-18). Grifo nosso

Para o ilustrado bacharel, portanto, os saberes adquiridos pelo estudo do latim - também da filosofia, retórica, francês e geometria - eram importantes, mas era preocupante, para o presidente, que os filhos de trabalhadores braçais adquirindo esses saberes desprezassem as tarefas de suas famílias. Para Oliveira, portanto, quem quisesse ascender na ilustração, fundamental para o conhecimento dos direitos e deveres, que bancasse os próprios estudos. Sendo assim, as mais altas luzes da ilustração eram para quem pudesse pagar por elas. Comparando-se esses dados com as metáforas nos mesmos relatórios que apresentam a instrução como a responsável por retirar os povos das trevas e leva-los para a felicidade da civilização, percebe-se uma gradação das trevas para a luz no mundo da instrução do Espírito Santo na primeira metade do século XIX: enquanto centenas de alunos recebiam alguma luz (primeiras letras), poucas dezenas tinham uma iluminação mais intensa (aulas maiores).

Conclusões

Nos relatórios dos presidentes de província de 1833 a 1844 percebe-se uma visão relacionada ao contexto intelectual do Brasil das primeiras décadas do oitocentos, herdeiro do iluminismo lusitano, limitador do cartesianismo (GUIMARÃES, 1988) e ainda ligado ao catolicismo (ISRAEL, 2009). Tomando-se como referência a instrução no contexto nacional, a educação era vista pelas autoridades brasileiras como “dispensável e prescindível” (DAMASCENO, 2017) e, especificamente, quanto às aulas maiores, era considerada como uma porta de entrada para o ensino superior, sendo, na prática, com o tempo relegada à iniciativa privada (ROMANELLI, 2010). Comparando-se esse contexto nacional com os relatórios aqui analisados, percebe-se a defesa da instrução como a propulsora da civilização (combate aos “vícios”, obediência às leis e preceitos católicos). Os dados, por outro lado, mostram que em termos quantitativos, essa instrução era principalmente a das primeiras letras, o que não contradiz o discurso da instrução como guia para a civilização, de acordo com os significados de civilização também presentes nos relatórios. Ou seja, a instrução primária era vista por essas autoridades como promotora dos “fundamentos da sociabilidade” (PONTES, 1833). A

instrução secundária, por outro lado, era percebida como a possibilidade de afastar os filhos dos lavradores e dos artistas das tarefas tradicionais da própria família, pois esses estudantes presumiriam, graças aos estudos secundários, pertencerem a uma “classe mais elevada” (OLIVEIRA, 1841). Acontece, portanto, um agressivo afunilamento entre a quantidade de alunos matriculados no ensino das primeiras letras, que varia de 323 para 448, e os nas aulas maiores, que varia de 12 para 30, entre os anos 1838 e 1844. Por outro lado, a velocidade no aumento dos matriculados é muito superior nas aulas maiores - 150% - do que nas de primeiras letras - 38,69 -. Seria um indicativo de mudança na percepção das autoridades do Espírito Santo em direção da maior inserção das populações no ensino secundário? A historiografia brasileira indica que não e pelo menos na primeira metade do oitocentos a instrução pública no Espírito Santo não era voltada para a ascensão social, mas para uma sociabilidade que mantinha uma secção dentro do mundo livre em que apenas uma pequena elite acessava os cursos preparatórios para o ingresso na educação superior.

Fontes

BELLO, W. O. *Fala*. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1843.

COUTO, J. L. S. *Discurso*. Vitória: Arquivo do Espírito Santo, 1838.

_____. *Fala*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1840.

Revista trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo primeiro, N° 1 abril, 1839.

MONJARDIM, J. F. A. A. *Fala*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp., 1845.

OLIVEIRA, J. J. *Relatório*. Vitória: Arquivo do Espírito Santo, 1836.

OLIVEIRA, J. J. M. *Fala*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1841.

PEREIRA, M. A. *Exposição*. Vitória: Arquivo do Espírito Santo, 1836.

PONTES, M. J. P. S. *Relatório*. Vitória: Arquivo do Espírito Santo, 1833.

Referências

JUNIOR, B. B. História da educação e História política. In: LINHARES, M. A.; FONSECA, T. N. L. *Diálogos da história da Educação* (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017, p. 39 - 56.

COOMBS, Ph. H. & AHMED, M. *Attaking Rural Poverty: How nonformal Education Can Help*. Baltimore, Md: John Hopkins University Press, 1974.

COUTINHO, J. M. *Uma História da Educação no Espírito Santo*. Vitória: DEC, 1993.

DAEMON, B. *Província do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo do Espírito Santo, 2010.

DAMASCENO, A. A instrução no grão-Pará imperial. *Revista brasileira de história da educação*, v. 17, nº 1, p. 37 – 64, Janeiro/Março 2017.

HEINZ, F. M.. O historiador e as elites. In: HEINZ, F. M. (Org.). *Por outra história das elites*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7-15.

GOULARTE, R. S. *Figurões da Terra*. Vitória: Edifes, 2017.

GUIMARÃES, M. S. Nação e cidadania nos trópicos. *Estudos Históricos*. Nº 1, p. 5 - 27, 1988.

ISRAEL, J. *Iluminismo Radical: a filosofia e a construção da modernidade, 1650-1750*. São Paulo: Madras, 2009.

MONJARDIM, L. P. *História Política da família Monjardim*. Vitória: Lei Rubem Braga, 2003.

MOREIRA, V. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos Debates*, pp 1-14, jan, 2011.

MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MERLO, P. M. S. & ASSIS, G. M. O iluminismo e o primado da educação. *História e Cultura*, v. 4, n. 2, pp. 141 - 155, 2015.

RIBEIRO, M. L. S. *História da Educação Brasileira*. 12 edição. São Paulo: Cortez: autores associados, 1992.

ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil*. 36º edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, E. F. O território do Espírito Santo no fim da era colonial. In: BITTENCOURT, G. *Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial, 2002. p. 123-154.